

BOLETIM DE CANDIDATURA PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO SUPLEMENTAR EVENTUAL A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO CONCELHO DE TERRAS DE BOURO

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro

Ano Letivo _____ / _____

I – IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO

Nome completo _____
 Nome do pai _____
 Nome da mãe _____
 Data de Nascimento _____
 Cartão de Cidadão ou B.I. _____
 N.º Identificação Fiscal _____
 Estado Civil _____
 Naturalidade _____
 Nacionalidade _____
 Residência do Agregado Familiar _____
 Telefone _____
 Telemóvel _____
 Correio Eletrónico _____
 Estabelecimento de ensino que frequenta
 ou pretende frequentar _____
 Data de Ingresso no Ensino Superior _____
 Transitou de Ano Sim / Não

II - COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Grau de parentesco com o aluno	Nome	Idade	Estado Civil

III – IRMÃOS ESTUDANTES

Nome	Estabelecimento de ensino	Localidade	Ano	Requerem Benefícios A



--	--	--	--	--

IV – RENDIMENTOS E ENCARGOS DO AGREGADO FAMILIAR

Rendimentos Globais do Agregado familiar _____ €

Habitação	<input type="checkbox"/> Própria	Encargos com empréstimo relativo à habitação	_____ €
	<input type="checkbox"/> Arrendada	Encargo mensal com a renda	_____ €
	<input type="checkbox"/> Outro	_____	_____ €

Possui outros bens imóveis Sim Não

V – CONFIRMAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR PELA JUNTA DE FREGUESIA

_____, Presidente da Junta de Freguesia de _____, declara, para os devidos que, são verdadeiras as declarações prestadas neste requerimento, quanto à composição e encargos do Agregado Familiar, constantes dos quadros II e IV, respetivamente, e que este agregado familiar reside nesta Freguesia há mais de dois anos.

_____ de _____ de _____

O Presidente da Junta

(Selo branco ou carimbo)

VI – TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro sob compromisso de honra, que as declarações constantes deste requerimento são exatas e completas e tenho conhecimento das sanções aplicáveis no caso de inexatidão ou prestação de falsas declarações.

Elementos a anexar ao pedido, quando exigíveis:

- Cópia do C.C. ou B.I. e NIF de todos os elementos que compõem o agregado familiar
- Cópia da declaração/liquidação de IRS/IRC
- Declaração comprovativa do valor mensal do crédito à habitação
- Certificado de matrícula
- Certidão de aproveitamento escolar do ano anterior
- Número de Identificação Bancária (NIB)

Pede deferimento, Terras de Bouro, _____ de _____ de 20____ O requerente, _____ B.I/C.C. _____ emitido/válido até ____/____/____ Arquivo _____ <small>(Dados a preencher pelo signatário, nos termos do Decreto – Lei n.º 250/96, de 24 de dezembro)</small>	Reservado aos Serviços Registo n.º: _____ Data: ____/____/____ O Funcionário, _____
---	--

Informação de Recolha de Dados Pessoais

O Município de Terras de Bouro, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que:

- a) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos;
- b) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública.
- c) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas.
- d) Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei.
- e) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos. O Encarregado de Proteção de Dados pode ser contactado através do endereço de correio eletrónico dpo@cm-terrasdebouro.pt.
- f) A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-los.